AVISO AO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA

CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

Companhia Aberta - CVM nº 18287 - CNPJ/MF nº 02.105.040/0001-23
Avenida Paulista, nº 1.439, 2º sobreloja, Bela Vista, CEP 01311-200, São Paulo - SP

LASTREADOS EM CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS PELA

MINERVA S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 02093-1 - CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14
Avenida Antônio Manço Bernardes, s/nº, Rotatória Família Vilela de Queiroz,
Chácara Minerva, CEP 14781-545, Barretos - SP

NO VALOR TOTAL DE, INICIALMENTE,

R$ 300.000.000,00
(trezentos milhões de reais)

CÓDIGO ISIN DOS CRA - "BRCBSCCRA013"

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DE RISCO DA EMISSÃO DOS CRA FEITA PELA STANDARD & POOR'S RATINGS DO BRASIL LTDA.: " brA+(sf)"

A **CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**, companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.439, 2ª sobreloja, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23, com estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo **("JUCESP")** sob o NIRE 35.300.151.402, e inscrita na Comissão de Valores Mobiliários **("CVM")** sob o nº 18287 **("Emissora"**), em conjunto com a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 e 3.624, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.332.886/0011-78 **("XP Investimentos"** ou **"Coordenador Líder"**), o **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 **("Itaú BBA"**), o **BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 **("BB-BI"** e o **BANCO BRADESCO BBI S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.271.464/0103-43 **"Bradesco BBI"** e, quando referido em conjunto com o Coordenador Líder, o Itaú BBA e o BB-BI, os **"Coordenadores"**), comunicam, nos termos do artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada **("Instrução CVM 400"**), que foi requerido perante a CVM, em 28 de junho de 2017, o registro de distribuição pública de, inicialmente, 300.000 (trezentos mil) certificados de recebíveis do agronegócio da 2ª (segunda) série da 1ª (primeira) emissão da Emissora **("CRA")** para distribuição pública, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário, na data de sua emissão **("Data de Emissão")** de R$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante de, inicialmente, R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) **("Emissão"**), podendo tal montante ser acrescido, total ou parcialmente, de comum acordo entre a Emissora, os Coordenadores e a **MINERVA S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Manço Bernardes, s/nº, Rotatória Família Vilela de Queiroz, Chácara Minerva, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.620.377/0001-14 **("Devedora"**, em 20% (vinte por cento) dos CRA inicialmente ofertados e, adicionalmente, em 15% (quinze por cento) de acordo com a demanda dos investidores em decorrência das Opções de Lote Adicional e Suplementar (abaixo definidas), nos termos dos artigos 14, parágrafo 2º, e 24 da Instrução CVM 400, a ser realizada em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada **("Lei 11.076"**), a Instrução CVM 400 e a Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada **("Instrução CVM 414"** e **"Oferta"**, respectivamente) sendo os CRA lastreados em direitos creditórios do agronegócio cedidos pela **BRAFZS AGENTE DE GARANTIAS SPE LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Siqueira Bueno, nº 1.731, Belenzinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.707.888/0001-53 **("Debenturista Inicial"**). A Emissão é regulada pelo Termo de Securitização, conforme abaixo definido, a ser celebrado entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 **("Agente Fiduciário"**). Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Aviso ao Mercado, que não estejam aqui definidos, terão o significado a eles atribuído no Prospecto Preliminar (abaixo definido) ou no Termo de Securitização (abaixo definido).

1. *DELIBERAÇÕES SOBRE A EMISSÃO E TERMO DE SECURITIZAÇÃO*

1.1. Aprovações Societárias da Emissão: 1.1.1. A Emissora está autorizada a realizar, nos termos do artigo 2º de seu estatuto social, a emissão e a distribuição pública de certificados recebíveis do agronegócio, sendo que em Reunião da Diretoria da Emissora realizada em 25 de abril de 2017, cuja ata está sob processo de registro perante a JUCESP, aprovou, por unanimidade de votos, a realização da emissão da 2ª (segunda) série da 1ª (primeira) emissão da Emissora, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio (conforme abaixo definido). **1.2. Termo de Securitização: 1.2.1.** A Emissão é regulada pelo *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 2ª (Segunda) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização"* **("Termo de Securitização"**), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido).

2. *CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO QUE LASTREIAM A EMISSÃO*

2.1. Os CRA serão lastreados em direitos creditórios do agronegócio representados por 405.000 (quatrocentas e cinco mil) Debêntures, no valor de R$ 405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais) **("Debêntures"**), emitidas pela Devedora nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da Minerva S.A."* **("Escritura de Emissão"**), que contam com as seguintes características: **(i)** o valor de emissão das Debêntures é de R$ 405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais); **(ii)** as Debêntures foram emitidas em favor da Debenturista Inicial, sendo os Créditos do Agronegócio (conforme abaixo definido) posteriormente cedidos à Emissora, com o respectivo endosso das Debêntures, conforme previsto no *"Contrato de Aquisição e Transferência de Debêntures e Outras Avenças "* a ser celebrado entre Debenturista Inicial e a Emissora, com anuência da Devedora **("Contrato de Aquisição de Debêntures"**). **2.1.1.** A Devedora captará recursos por meio da colocação privada das Debêntures em favor da Debenturista Inicial, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada **("Lei das Sociedades por Ações"**) no âmbito da Operação de Securitização. Por sua vez, a Debenturista Inicial, realizará, em favor da Emissora, a cessão onerosa definitiva de todos e quaisquer direitos creditórios, principais e acessórios, devidos pela Devedora (na condição de emitente) por força das Debêntures, para fins de constituição do lastro da emissão dos CRA, conforme previsto no Contrato de Aquisição. **2.1.2.** Para todos os fins, considera-se "Operação de Securitização" a operação financeira de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão dos CRA, à qual os Créditos do Agronegócio serão vinculados como lastro com base no Termo de Securitização, que terá, substancialmente, as seguintes características: **(i)** a Devedora emitirá as Debêntures, a serem subscritas e integralizadas pela Debenturista Inicial, consubstanciando os Créditos do Agronegócio; **(ii)** a Debenturista Inicial, por sua vez, cederá a totalidade dos Créditos do Agronegócio para a Emissora, por meio do Contrato de Aquisição de Debêntures; **(iii)** a Emissora realizará com lastro nos Créditos do Agronegócio, a emissão dos CRA, nos termos da Lei 11.076, sob regime fiduciário, conforme o disposto no Termo de Securitização, os quais serão ofertados publicamente no mercado de capitais brasileiro; **(iv)** a Emissora efetuará o pagamento, à Devedora, por conta e ordem da Debenturista Inicial, do preço de aquisição das Debêntures, com os valores decorrentes da integralização dos CRA, em moeda corrente nacional **("Preço de Aquisição"**). **2.1.3.** Adicionalmente, a emissão das Debêntures e a vinculação dos Direitos Creditórios do Agronegócio aos CRA no âmbito da Operação de Securitização foi aprovada, por unanimidade, em Reunião do Conselho de Administração da Devedora, realizada em 14 de agosto de 2017, a qual foi protocolada para registro na JUCESP em 15 de agosto de 2017 sob o nº 0.823.370/17-3.

3. *CARACTERÍSTICAS DOS CRA*

Apresentamos a seguir um sumário da Oferta. Este sumário não contém todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de decidir investir nos CRA. Para uma melhor compreensão da Oferta, o potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Aviso ao Mercado e o prospecto preliminar da Oferta **("Prospecto Preliminar"**), disponível pelos meios indicados neste Aviso ao Mercado, em especial as informações contidas na Seção "Fatores de Risco" do Prospecto Preliminar, bem como nas demonstrações financeiras da Emissora e da Devedora, respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, também incluídos no Prospecto Preliminar, por referência ou como anexo.

Emissora e Agente Registrador	**CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização**
Coordenador Líder	**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Coordenadores	**Banco Itaú BBA S.A., BB Banco de Investimento S.A.** e o **Banco Bradesco BBI S.A.**
Participantes Especiais	Instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários poderão ser convidadas pelos Coordenadores para participar da Oferta, na qualidade de participantes especial, sendo que, neste caso, serão celebrados os contratos de adesão, nos termos do Contrato de Distribuição **("Contrato de Adesão"**) entre o Coordenador Líder e referidas instituições **("Participantes Especiais"**, e, em conjunto com os Coordenadores, as **"Instituições Participantes da Oferta"**).
Agente Fiduciário	**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91 **At.:** Antonio Amaro **Tel.:** (21) 3514-0000 e (21) 3514-0099 **E-mail: ger1.agente@oliveiratrust.com.br** **Site: www.oliveiratrust.com.br** Os Investidores poderão ser atendidos pelo Agente Fiduciário por meio do telefone, *website* ou por meio do e-mail informados acima.
Agente Escriturador	**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91 **At.:** Antonio Amaro **Tel.:** (21) 3514-0000 e 3514-0099 **E-mail: ger1.agente@oliveiratrust.com.br** **Site: www.oliveiratrust.com.br**
Banco Liquidante	**Banco Bradesco S.A.**, instituição financeira privada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, ou outra instituição financeira que venha substituí-lo nessa função.
Número das Séries e da Emissão dos CRA	2ª série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Emissora.
Local e Data de Emissão dos CRA	Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que a data de emissão dos CRA será o dia 2 de outubro de 2017, conforme será informada por meio do prospecto definitivo da Oferta **("Prospecto Definitivo"** e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, os **"Prospectos"**).
Valor Total da Emissão	Inicialmente, R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar as Opções de Lote Adicional e Suplementar **("Valor Total da Emissão"**). O Valor Total da Emissão poderá ser aumentado, de comum acordo entre a Emissora, os Coordenadores e a Devedora. A Emissora, após consulta e concordância dos Coordenadores e da Devedora, poderá optar por aumentar, total ou parcialmente, a quantidade dos CRA originalmente ofertados, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 60.000 (sessenta mil) CRA, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 **("Opção de Lote Adicional"**). Os Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora e da Devedora, com o propósito exclusivo de atender excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, e de acordo com definição conjunta da Emissora, Devedora e Coordenadores, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão optar por aumentar a quantidade dos CRA originalmente ofertados, em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 45.000 (quarenta e cinco mil) CRA **("Opção de Lote Suplementar"**).
Quantidade de CRA	Serão emitidos, inicialmente, 300.000 (trezentos mil) CRA, podendo essa quantidade de CRA ser aumentada, de comum acordo entre a Emissora, os Coordenadores e a Devedora, mediante exercício total ou parcial da Opção de Lote Adicional e Opção de Lote Suplementar.
Valor Nominal Unitário	Os CRA terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão **("Valor Nominal Unitário"**).
Procedimento de *Bookbuilding*	Será realizado procedimento de coleta de intenções de investimento pelos Coordenadores no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, sem a fixação de lotes mínimos ou máximos, que será realizado para definição **(i)** da Remuneração dos CRA aplicável aos CRA; e **(ii)** da quantidade de CRA emitida, observado a Opção de Lote Adicional e a Opção de Lote Suplementar **("Procedimento de *Bookbuilding*"**).
Forma dos CRA	Os CRA serão emitidos sob a forma nominativa e escritural e sua titularidade será comprovada por extrato emitido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão **("B3"**), e considerando a localidade de depósito eletrônico dos ativos na B3. Será reconhecido como comprovante de titularidade dos CRA o extrato em nome do titular de CRA emitido pela B3, enquanto estiverem eletronicamente custodiados na B3. Adicionalmente, será considerado como comprovante o extrato emitido pelo Agente Escriturador a partir de informações que lhe forem prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da B3.
Regime Fiduciário	Nos termos previstos pela Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada **("Lei 9.514"**) e pela Lei 11.076, será instituído regime fiduciário sobre os Créditos do Agronegócio, bem como sobre a Conta Centralizadora, nos termos da Cláusula 9 do Termo de Securitização.
Garantias	Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA. Os CRA não contarão com garantia flutuante da Emissora, razão pela qual qualquer bem ou direito integrante de seu patrimônio, que não componha o Patrimônio Separado, não será utilizado para satisfazer as obrigações assumidas no âmbito do Termo de Securitização.
Prazo	A data de vencimento dos CRA será dia 5 de outubro de 2020 **("Data de Vencimento"**), ressalvadas as hipóteses de liquidação do Patrimônio Separado e/ou Resgate Antecipado dos CRA, previstas no Termo de Securitização.
Atualização Monetária e Remuneração	Não será devida aos titulares de CRA qualquer tipo de atualização ou correção monetária do Valor Nominal Unitário. A partir da data em que ocorrer a primeira integralização dos CRA pelos Investidores **("Data de Integralização"**) (inclusive), os CRA farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a serem apurados em Procedimento de *Bookbuilding* a ser conduzido pelos Coordenadores, correspondentes a determinado percentual, que não deverá exceder o percentual máximo de 106% (cento e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela B3 **("Taxa DI"**). A Remuneração será devida a partir da Data de Integralização, sem carência, e será paga a cada Data de Pagamento de Remuneração, conforme indicadas Anexo II do Termo de Securitização e na seção "Datas de Pagamento de Remuneração e Amortização" do Prospecto Definitivo **("Remuneração dos CRA"**).
Pagamento da Remuneração dos CRA	A Remuneração dos CRA deverá ser paga semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, em 6 (seis) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 3 de abril de 2018 e a última na Data de Vencimento, observadas as datas previstas no Prospecto Preliminar e no Anexo II do Termo de Securitização.
Amortização dos CRA	O Valor Nominal Unitário devido a título de pagamento de Amortização a cada titular de CRA será realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.
Pagamento Antecipado dos CRA	Conforme previsto no Prospecto Preliminar e no Termo de Securitização, os CRA poderão ser objeto de resgate antecipado, conforme descrito abaixo.
Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures	A Devedora poderá realizar uma oferta irrevogável de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente resgate de Debêntures em montante proporcional à quantidade de CRA cujo titular tenha aderido à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, observado disposto na Cláusula 4.14.3 da Escritura de Emissão. Para fins de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, a Devedora enviará uma notificação por escrito à Emissora e o Agente Fiduciário, informando que deseja realizar o resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.14.4 da Escritura de Emissão (**"Notificação de Resgate"**).
Oferta de Resgate Antecipado dos CRA	A Emissora deverá, obrigatoriamente, de forma irrevogável e irretratável, a qualquer momento a partir da Data de Integralização, realizar Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, de forma total, caso a Devedora realize uma Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 4.14.3 da Escritura de Emissão e da Cláusula 7.3 do Termo de Securitização. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar todos os titulares de CRA, por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado dos CRA a ser publicado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da Notificação de Resgate, sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, descrevendo os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA propostos pela Devedora, incluindo: **(i)** o valor proposto para o resgate antecipado dos CRA, que deverá abranger a totalidade do saldo devedor dos CRA, o qual poderá incluir prêmio oferecido aos titulares de CRA; **(ii)** a data em que se efetivará o resgate, que não poderá exceder 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de envio da Notificação de Resgate; **(iii)** a forma para manifestação dos titulares de CRA em relação à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA; **(iv)** o montante mínimo de Debêntures que deverão ser resgatadas antecipadamente, conforme estipulado a critério da Devedora e informado na Notificação de Resgate (**"Montante Mínimo de Adesão"**); **(v)** o prazo para manifestação dos titulares de CRA sobre sua eventual adesão à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, que não poderá ser superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da divulgação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado dos CRA; e **(vi)** as demais informações relevantes para a realização do resgate antecipado dos CRA. A Oferta de Resgate Antecipado dos CRA será divulgada no "Jornal Valor Econômico" e, facultativamente, no "Diário Oficial de São Paulo", "Diário do Comércio, Indústria & Serviço" e/ou por meio de carta, a ser enviada eletronicamente aos titulares de CRA (**"Edital de Oferta de Resgate Antecipado dos CRA"**), sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta, (**"Oferta de Resgate Antecipado"**), nos termos previstos na Cláusula 7.3 do Termo de Securitização. Os titulares de CRA que decidirem aderir à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverão manifestar a sua adesão à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, diretamente à Emissora e ao Agente Fiduciário, na forma estabelecida na Cláusula 15 do Termo de Securitização. Observado o prazo para manifestação dos titulares de CRA sobre sua eventual adesão à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA e desde que atingido o Montante Mínimo de Adesão, a Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data indicada na Oferta de Resgate Antecipado comunicar, por meio do envio de correspondência neste sentido, à B3, informando a respectiva data do Resgate Antecipado. O Resgate Antecipado, caso ocorra, seguirá os procedimentos operacionais da B3, conforme o caso, sendo todos os procedimentos de aceitação, validação dos investidores realizado fora do âmbito da B3. Os CRA objeto da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA serão obrigatoriamente cancelados. Apesar de a Oferta de Resgate Antecipado ser sempre endereçada à totalidade dos CRA, o resgate antecipado dos CRA poderá ser parcial, na medida em que existir titulares de CRA que não concordem com a Oferta de Resgate Antecipado. Nesse caso, observado o Montante Mínimo de Adesão, serão resgatados somente os CRA cujos titulares decidirem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, subsistindo, entretanto, os CRA cujos respectivos titulares recusarem a Oferta de Resgate Antecipado. Caso o Montante Mínimo de Adesão não seja atingido, a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures e a Oferta de Resgate Antecipado dos CRA serão canceladas e os CRA cujos titulares tenha aderido à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA não serão cancelados, não sendo devidos quaisquer valores pela Emissora aos titulares de CRA.
Resgate Antecipado das Debêntures	A Devedora deverá realizar o resgate antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão, na hipótese de **(i)** vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão); ou **(ii)** resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.10 ou Cláusula 4.14 da Escritura de Emissão.
Resgate Antecipado dos CRA	O resgate antecipado dos CRA ocorrerá caso haja a ocorrência de Resgate Antecipado das Debêntures.
Vencimento Antecipado	As Debêntures vencerão antecipadamente de forma automática, independentemente de qualquer notificação judicial e/ou extrajudicial, o que acarretará o Resgate Antecipado dos CRA, na ocorrência de qualquer dos eventos descritos na Cláusula 7.4.1 do Termo de Securitização (**"Evento de Inadimplemento Automático"**). Na ocorrência de qualquer dos eventos descritos na Cláusula 7.4.2, a Emissora poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, desde que observado o disposto nas Cláusulas 7.5.3 e 12.11 do Termo de Securitização (**"Eventos de Inadimplemento Não Automático"** e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os **"Eventos de Inadimplemento"**). Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automático, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral, para que seja deliberada a orientação da manifestação da Emissora, na qualidade de titular das Debêntures, em relação a tais eventos. Observados os quóruns de instalação previstos na Cláusula 12.7 do Termo de Securitização, caso ocorra um Evento de Inadimplemento Não Automático, os titulares de CRA reunidos em Assembleia Geral poderão votar por orientar a Emissora a manifestar-se contrariamente ao vencimento antecipado das Debêntures, observados os seguintes quóruns de deliberação: **(i)** para qualquer deliberação, os titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de CRA em Circulação (conforme definidos no Termo de Securitização); ou **(ii)** em segunda convocação, a maioria simples dos titulares de CRA em Circulação presentes na Assembleia Geral, sendo que, em nenhuma hipótese, em caso de segunda convocação, o quórum poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação. Caso não ocorra um Evento de Inadimplemento Não Automático e não haja instalação da Assembleia Geral ou não haja manifestação dos titulares de CRA, por qualquer motivo, o vencimento antecipado das Debêntures deverá ser obrigatoriamente declarado pela Emissora, o que acarretará o Resgate Antecipado da totalidade dos CRA. A instrução da Emissora para a declaração ou não do Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme comunicada pelo Agente Fiduciário, nos termos da deliberação realizada pelos titulares de CRA reunidos em Assembleia Geral nos termos dessa Cláusula, deverá ser obrigatória e vinculativa à Emissora e à Emissão.
Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado	A ocorrência de qualquer um dos eventos previstos na Cláusula 13.1 do Termo de Securitização ensejará a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência uma Assembleia Geral dos CRA, para deliberar sobre a forma de administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário ou por terceiro indicado pelos titulares de CRA e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado. A Assembleia Geral mencionada acima, instalar-se á, em primeira convocação, com a presença de titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo válidas as deliberações tomadas pela maioria absoluta dos titulares de CRA presentes na Assembleia Geral de que trata o item acima, será convocada mediante publicação de edital no Jornal, por 3 (três) vezes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Caso não haja quórum suficiente para **(i)** instalar a Assembleia Geral em primeira ou segunda convocação ou, ainda que instalada; **(ii)** deliberar a matéria, o Agente Fiduciário deverá assumir a administração do Patrimônio Separado e indicar formas de liquidação a serem adotadas por ele para fins do cumprimento das Cláusulas 13.5 e seguintes do Termo de Securitização. Em referida Assembleia Geral, os titulares de CRA deverão deliberar: **(i)** pela liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser nomeado o liquidante e as formas de liquidação; ou **(ii)** pela não liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser deliberada a administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário ou nomeação de outra instituição administradora, fixando, em ambos os casos, as condições e termos para sua administração, bem como sua respectiva remuneração. Enquanto será a Emissora caso esta não tenha sido destituída da administração do Patrimônio Separado. A liquidação do Patrimônio Separado será realizada mediante transferência dos Créditos do Patrimônio Separado aos titulares de CRA, supervisionados pelo Agente Fiduciário (ou pela instituição administradora cuja contratação seja aprovada pelos titulares de CRA, na Assembleia Geral mencionada acima), para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora perante os CRA. A realização dos direitos dos titulares de CRA estará limitada aos Créditos do Patrimônio Separado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei 9.514, não havendo qualquer outra garantia prestada por terceiros ou pela própria Emissora. Independentemente de qualquer outra disposição do Termo de Securitização, em caso de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado e não recomposição pela Devedora, a Emissora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre o aporte de recursos pelos titulares de CRA para arcar com as Despesas e/ou sobre a liquidação do respectivo Patrimônio Separado, observando os procedimentos do artigo 14 da Lei 9.514, devendo respeitar o estabelecido na Cláusula 13 do Termo de Securitização. Em nenhuma hipótese os custos mencionados acima serão arcados pelo patrimônio pessoal do Agente Fiduciário, vez que tais despesas referem-se às despesas da operação, cujos beneficiários são os titulares dos CRA e não o Agente Fiduciário.
Preço de Integralização e Forma de Integralização	Os CRA serão subscritos no mercado primário e integralizados pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição dos CRA, de acordo com os procedimentos da B3. Todos os CRA deverão ser subscritos e integralizados na Data de Integralização. A quantidade de CRA adquirida e o valor estimado a ser pago serão zinformados aos Investidores com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de integralização, pelos Coordenadores ou pelos Participantes Especiais, conforme o caso. Na data de integralização informada pelos Coordenadores, os Investidores deverão efetuar a liquidação dos CRA a eles alocados, no valor informado pelos Coordenadores, por meio de sua conta na B3, observados os procedimentos da B3.
Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira	Os CRA serão depositados **(i)** para distribuição no mercado primário por meio **(a)** do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos **("MDA"**), administrado pela B3; e **(b)** do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos **("DDA"**), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da B3; e **(ii)** para negociação no mercado secundário, por meio **(a)** do ambiente de distribuição primária, custódia e negociação secundária de ativos de renda fixa **("CETIP21"**) administrado e operacionalizado pela B3; e **(b)** do PUMA Trading System **("PUMA"**), plataforma eletrônica de negociação de multiativos, administrado e operacionalizado pela B3, em mercado de bolsa, sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento e a custódia eletrônica dos CRA realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da B3.
Forma e Procedimento de Colocação dos CRA	A distribuição primária dos CRA será pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação dos Coordenadores, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, observados os termos e condições abaixo descritos, estipulados no Contrato de Distribuição. A garantia firme de colocação dos CRA está limitada ao montante de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Aos CRA oriundos do exercício de Opção de Lote Adicional e de Opção de Lote Suplementar serão aplicadas as mesmas condições e preço dos CRA inicialmente ofertados, conforme o caso e a sua colocação será conduzida sob o regime de melhores esforços. A garantia firme será prestada de forma individual e não solidária pelos Coordenadores, em volume de R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) cada, **(i)** desde que e somente se satisfeitas todas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição; e **(ii)** se após o Procedimento de *Bookbuilding* existir algum saldo remanescente de CRA não subscrito, sendo certo que o exercício da garantia firme será exercida na Taxa Máxima para a Remuneração dos CRA apurado em Procedimento de *Bookbuilding*. Não se aplica distribuição parcial da Oferta, observado que o regime de garantia firme abarca o montante de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), equivalente ao valor inicial da Oferta, não considerado o exercício da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar. Os CRA poderão ser colocados junto ao público somente após a concessão do registro da Oferta, nos termos da Instrução CVM 414 e do Contrato de Distribuição. A Oferta terá início a partir: **(i)** da concessão do registro definitivo da Oferta perante a CVM; **(ii)** da divulgação do "Anúncio de Início de Distribuição Pública da 2ª (Segunda) Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização", nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400 **("Anúncio de Início"**); e **(iii)** da disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor. Os CRA serão objeto de distribuição pública aos investidores não havendo fixação de lotes máximos ou mínimos. Os Coordenadores, com anuência da Devedora, organizaram a colocação dos CRA perante os Investidores interessados, levando em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observadas as regras de rateio proporcional na alocação de CRA em caso de excesso de demanda estabelecidas no Prospecto e no Contrato de Distribuição.
Pessoas Vinculadas	Serão consideradas pessoas vinculadas no âmbito da Oferta, os Investidores que sejam **(i)** Controladores ou administradores da Emissora, da Devedora, da Debenturista Inicial ou de outras pessoas vinculadas à Emissão ou à distribuição dos CRA, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; **(ii)** Controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; **(iii)** empregados, operadores e demais prepostos de qualquer dos Coordenadores diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; **(iv)** agentes autônomos que prestem serviços a qualquer dos Coordenadores; **(v)** demais profissionais que mantenham, com qualquer dos Coordenadores, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; **(vi)** sociedades controladas, direta ou indiretamente, por qualquer dos Coordenadores; **(vii)** sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas vinculadas a qualquer dos Coordenadores desde que diretamente envolvidos na Oferta; **(viii)** cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens "ii" a "vi"; e **(ix)** clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados (**"Pessoas Vinculadas"**). As Pessoas Vinculadas estarão sujeitas às regras e restrições aplicáveis a Investidores Não Institucionais previstas no Prospecto Preliminar e no Contrato de Distribuição.
Prazo Máximo de Colocação	O prazo máximo para colocação dos CRA é de até 6 (seis) meses, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400.
Destinação dos Recursos	Os recursos obtidos com a subscrição e integralização dos CRA serão utilizados exclusivamente pela Emissora para realizar o pagamento do Preço de Aquisição à Debenturista Inicial, que ocorrerá mediante entrega de recursos diretamente à Devedora, por conta e ordem da Debenturista Inicial, para